



O PAPEL INCLUSIVO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO ATENDIMENTO A USUÁRIOS COM TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM, DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE

Giordana Nascimento de Freitas e Silva ¹

RESUMO

A Educação se configura como um direito fundamental que deve ser conferido a todos de forma indistinta, de acordo com o disposto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Essa premissa foi ratificada também pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2006 e, pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência instituída em 2015, as quais preconizam o acesso inclusivo aos Sistemas de Ensino nos distintos níveis e modalidades que os integram. Nesse sentido, esta pesquisa enfoca a promoção da inclusão no Ensino Superior e, particularmente, a atuação da Biblioteca Universitária no atendimento de usuários com transtornos de aprendizagem, déficit de atenção e hiperatividade. Para tanto, realizou-se um estudo de cunho exploratório e descritivo mediante o desenvolvimento de pesquisa bibliográfica, a qual orientou-se, entre outros, nas perspectivas de APA (2014), Cerqueira (2019), Fonseca (2007) e IFLA (2012). Com efeito, contextualizados pelo olhar da Educação inclusiva e da Ciência da Informação, apreendemos que a Biblioteca Universitária pode atuar junto aos usuários com transtornos de aprendizagem, déficit de atenção e hiperatividade na adaptação da organização física de seus espaços, elaboração de tutoriais, desenvolvimento de orientações e treinamentos presenciais ou remotos, bem como na indicação de recursos de tecnologia assistiva que possam tornar o processo de leitura mais acessível e profícuo.

Palavras-chave: Inclusão, Ensino Superior, Biblioteca universitária, Transtornos de aprendizagem, Déficit de atenção e hiperatividade.

INTRODUÇÃO

A Educação se configura como um direito fundamental que deve ser conferido a todos de forma indistinta, de acordo com o disposto no artigo 205, da Constituição Federal de 1988. Essa premissa foi ratificada também pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2006 e, pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, instituída em 2015, as quais preconizam o acesso inclusivo aos Sistemas de Ensino nos distintos níveis e modalidades que os integram. Nesse sentido, destacamos a Declaração de Salamanca, a qual evidencia que as

¹ Pós-graduanda em Educação Inclusiva da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Bacharela em Biblioteconomia e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Ceará - UFC, giordana.nascimento@ufc.br.



necessidades educacionais especiais podem ser oriundas de condições de deficiência e dificuldades de aprendizagem, aqui percebidas no domínio de distúrbios e ou transtornos.

Logo, nesse relato, gostaríamos de ressaltar a Educação formal sob a ótica do paradigma da Inclusão, com ênfase no Ensino Superior e, especialmente, na atuação da Biblioteca Universitária, tendo em vista que a autora do presente texto é uma bibliotecária que desenvolve sua prática profissional no ambiente acadêmico. Com base nesse lugar de fala, procuramos construir conexões a partir das leituras empreendidas, a fim de apresentarmos nossa compreensão sobre os distúrbios e transtornos de aprendizagem, bem como o papel educativo da Biblioteca no desenvolvimento de habilidades e competências em informação dos usuários que apresentam as referidas peculiaridades.

METODOLOGIA

A fim de contemplar a finalidade proposta, desenvolvemos uma revisão de literatura por meio da realização de um estudo de natureza básica, cunho exploratório e abordagem qualitativa, cujo procedimento empregado, para tanto, foi a pesquisa bibliográfica. Isto porque, segundo Brito, Oliveira e Silva (2021), a escolha da referida abordagem se justifica quando o pesquisador tem o intuito de conhecer o objeto, tendo como base a percepção interdependente das dimensões que o constituem.

Nesse sentido, a modalidade de pesquisa adotada, nos possibilitou seguir esse percurso, a partir da consulta do referencial teórico elaborado, no âmbito das áreas de Educação e Ciência da Informação, sobre as seguintes temáticas: Inclusão, Biblioteca universitária, Pessoas com Deficiência, Transtornos de aprendizagem, Déficit de atenção e Hiperatividade. Com efeito, consoante Pizzani *et al.* (2012), a pesquisa bibliográfica possibilita o conhecimento e análise das perspectivas e discussões de caráter científico, em relação aos assuntos de interesse previamente definidos. Conforme nossa experiência bibliotecária, estes são representados por descritores, os quais são escolhidos através da consulta aos vocabulários controlados presentes nos diversos sistemas de informação, como por exemplo as bibliotecas digitais e as bases de dados.

Amparados pelas escolhas citadas acima, elaboramos o levantamento bibliográfico que, consoante Marconi e Lakatos (2007) ocorre a partir da identificação dos documentos que enfocam as temáticas definidas, bem como as inter-relações entre estas. Com efeito, utilizamos de maneira preponderante para elaboração deste resumo expandido, artigos científicos e livros.

REFERENCIAL TEÓRICO

As dificuldades de aprendizagem se caracterizam por seu caráter transitório e geralmente são associadas à necessidades de ajustes em metodologias pedagógicas que poderão vir a possibilitar a participação plena dos estudantes nos ambientes de ensino. Com efeito, Oliveira, Zutião e Mahl (2020, p. 9) nos esclarecem que:

O processo de enfrentamento e superação das Dificuldades de Aprendizagem se dá por meio da aplicação de métodos pedagógicos que façam sentido para a criança, devidamente contextualizada em relação à sua cultura familiar e socioeconômica, com vistas a lhe proporcionar pleno desenvolvimento, autonomia, independência e cidadania.

Essa falta de reconhecimento e atribuição de sentidos às experiências vivenciadas estão, porquanto, atreladas à embates culturais e sociais provenientes das diferentes histórias de vidas dos sujeitos. Trata-se de um grupo de entraves, consoante Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2016), decorrentes de desordens no contexto familiar, problemas emocionais de motivação e ou baixa auto-estima, além da não correspondência entre o repertório e as capacidades da criança, jovem ou adulto com a proposta pedagógica da instituição e a prática docente. Contudo, nesse cenário é possível perceber que a essência dessas problemáticas podem ser trabalhadas à medida que são realizados diálogos com o indivíduo e, ocasionalmente, com sua família, objetivando compreender os distintos estilos de aprendizagem e como essas especificidades podem ser consideradas na geração de estímulos adequados para oportunização do aprendizado.

Em contrapartida, os transtornos de aprendizagem sobrepõem a conjuntura explicitada anteriormente e estão atrelados a aspectos neurobiológicos. Estes, interferem diretamente nas potencialidades de aprendizado, em relação ao aproveitamento escolar esperado, conforme as faixas etárias / fases escolares, ainda que a experiência na instituição educacional e na família seja harmoniosa, inclusive, no que concerne à garantia das condições básicas de subsistência para uma boa qualidade de vida. Sobre isso, Fonseca (2007, p. 135) comenta que:

Os indivíduos com DA, portadores de um potencial intelectual dito médio, sem perturbações visuais ou auditivas, motivados em aprender e inseridos num processo de ensino eficaz para a maioria, revelam dificuldades inesperadas em vários tipos de aprendizagem, sejam: de índole escolar e/ou acadêmica, isto é, simbólica ou verbal, como aprender a ler, a escrever e a contar; de índole psicossocial e/ou psicomotora, isto é, não simbólico ou não verbal, como aprender a orientar-se no espaço, a andar de bicicleta, a desenhar, a pintar, a interagir socialmente com os seus pares, etc.

Para fins de esclarecimento, apoiados na leitura do texto do autor mencionado, acreditamos que a expressão “dificuldades de aprendizagem” utilizada se contrapõe ao explicitado anteriormente e, por conseguinte, condiz com o sentido evidenciado pelo termo “transtornos”. Isto porque, estes dificultam as ações de mobilização, construção e internalização de saberes por meio de recursos verbais, ou seja, resultantes do emprego da linguagem para leitura e escrita, bem como dos códigos numéricos para desenvolvimento de operações matemáticas em geral. Ademais, os transtornos de aprendizagem podem incidir também na orientação e mobilidade espacial do indivíduo, além de sua disposição para o desenvolvimento de relações interpessoais intervindo nas possibilidades de adaptação e atuação nos variados espaços sociais em que esteja inserido.

De fato, segundo Fonseca (2007) todo esse engendramento é administrado pelo cérebro de forma respectiva no âmbito dos hemisférios esquerdo e direito. Assim, ao passo que uma pessoa apresenta transtornos de aprendizagem, o funcionamento das funções executadas pelos mesmos não ocorre da forma orgânica esperada. Daí o papel do cérebro como agente gestor dos processos de aprendizagem, em consonância com as possibilidades pertinentes de processamento e apropriação da informação nas vivências cotidianas.

Conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria, os Transtornos Específicos de Aprendizagem compreendem as seguintes categorias: Leitura, Escrita e Matemática. Pelo exposto, deduzimos que os Transtornos de Leitura podem envolver a Dislexia, Disgrafia e a Disortografia. Ademais, os Transtornos de Matemática podem contemplar a Discalculia. De fato, consoante Fletcher *et al.* (2009), a Dislexia evidencia-se como prejuízo no reconhecimento e decodificação fluente das palavras podendo se manifestar, de acordo com Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2016), na percepção inversa de linhas, palavras, letras, sílabas e fonemas, o que influencia diretamente na qualidade das capacidades de abstração e atribuição de sentidos durante o processo de leitura.

A Disgrafia refere-se ao prejuízo nas habilidades motoras para prática da caligrafia ocasionando, muitas vezes, a ilegibilidade do texto escrito. Já a Disortografia está ligada à dificuldades no emprego correto da linguagem, por meio da aplicação precisa da ortografia e gramática. Ademais, a Discalculia consiste em dificuldades na identificação, memorização e utilização de números e símbolos matemáticos, o que acarreta danos no desenvolvimento de operações matemáticas e cálculos e, possivelmente, déficits na compreensão lógica dos enunciados associados. (Lettieri, 2021)



Dando prosseguimento, o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) conforme Barkley (2008), caracteriza-se enquanto um transtorno que incide no comportamento do indivíduo no tocante à manutenção de sua concentração e atenção na realização prolongada de tarefas, o que pode apontar para facilidade de envolver-se pela distração podendo apresentar, nesse contexto, posturas inibitórias, hiperativas e ou inquietas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Biblioteca Universitária se apresenta como organismo responsável por subsidiar, em termos de informação, as atividades desenvolvidas nos domínios do Ensino, Pesquisa e Extensão. Com isso, tem o papel de oferecer serviços e produtos que contemplem as demandas de seus usuários sejam estes reais ou potenciais, a fim de que tenham uma formação de qualidade em suas áreas de atuação. Posto isso, inferimos que a unidade em questão tem o papel de atender a todos os usuários considerando suas singularidades (potencialidades e limitações) e, por sua vez, os transtornos de aprendizagem descritos anteriormente e as condições de deficiência.

Isto pode ser observado nas palavras de Cerqueira (2019, p. 21): “Por intermédio de práticas inclusivas, a biblioteca se apresenta como uma ferramenta de transformação social que valoriza o ser humano e oferece tratamento paritário a todos.” Daí a relevância de possuir aspectos inclusivos que sejam transversais às suas práticas desde o planejamento, à disponibilização, desenvolvimento e avaliação de seus produtos e serviços de informação.

Nessa perspectiva, a área da Ciência da Informação, por meio da subárea dos Estudos de Usuários, pode colaborar, já que : “Através desses estudos verifica-se por que, como e para quais fins os indivíduos usam a informação, e quais os fatores que afetam tais usos”. (Figueiredo, 1994, p. 5). Esta prática pode incidir de forma decisiva na execução das ações de Mediação da informação, realizadas pela biblioteca universitária, pois o conhecimento do público a que se destinam, favorece o desenvolvimentos de atividades e a contemplação de suas expectativas. À vista disso, Almeida Júnior (2009), concebe a Mediação da informação como toda prática de interferência empreendida de maneira imediata ou mediata; cônica ou irrefletida; distinta ou diversa; particular ou comum com a finalidade de proporcionar a satisfação global ou em parte de uma necessidade de informação mediante sua legítima apropriação.

Neste seguimento, deduzimos que os Estudos de Usuários oportunizam as ações de Mediação da informação e, conseqüentemente, podem resultar no desenvolvimento das

Competências em informação. Isto porque, segundo Dudziak (2003) indivíduos competentes informacionalmente são aqueles que sabem identificar suas necessidades informacionais e, por sua vez, as fontes informacionais pertinentes; analisam criticamente a informação, inclusive, conforme seus repertórios; comunicam o que foi aprendido gerando informações para outras pessoas e despertando novas necessidades informacionais; compreendem as implicações de suas ações e dos conhecimentos formados com relação aos mais variados aspectos, possuindo para isso, uma visão sistêmica da realidade e, por fim, aprendem de forma independente ao longo da vida.

Isto se torna ainda mais oportuno quando pensamos nos usuários com transtornos de aprendizagem ou déficit de atenção e hiperatividade. É importante que os profissionais atuantes nas bibliotecas busquem perceber como os referidos sujeitos aprendem e quais caminhos são mais viáveis para localização, assimilação e emprego da informação, de maneira a gerar conhecimentos que possam ser mobilizados e aplicados no seu dia a dia.

Portanto, de posse das leituras efetuadas, elencamos o recurso da Leitura Fácil como um meio que pode facilitar o acesso à informação, uma vez que propicia a acessibilidade cognitiva à leitura, mediante a aplicação de orientações que viabilizem a leiturabilidade e legibilidade de materiais escritos, podendo ser utilizada por pessoas com deficiência intelectual ou dificuldades no processo de leitura. Nesse domínio, ponderamos que as pessoas com transtornos de aprendizagem e TDAH podem se beneficiar com a implementação do mecanismo em questão. Com efeito, Pires, Scherer e Machado (2021, p. 5) assinalam que:

[...] a leiturabilidade (também conhecida como inteligibilidade) seria a capacidade que o leitor tem de compreender as informações do texto com base em seu nível de conhecimento sobre o assunto e nível de letramento, dependendo, portanto, do perfil do leitor. Por isso, os índices de leiturabilidade vão informar o nível de complexidade de um texto e o leitor-alvo daquele texto de acordo com seu grau de escolaridade, por exemplo.[...] ao avaliarmos o quanto um texto é acessível, também precisamos observar a sua legibilidade, ou seja, diversos fatores que influenciam a eficiência da leitura, como os associados à visão e percepção visual, como contraste, foco, campo de visão, tamanho, estilo, cor da fonte, margem da página, entre outros. Por isso, técnicas de adaptação textual precisam levar esses dois fatores, igualmente.

É perceptível, porquanto, que a Leitura Fácil tem o propósito de tornar os textos acessíveis do ponto de vista conceitual e editorial, pois através de suas diretrizes os materiais devem apresentar o conteúdo de modo claro e objetivo, entretanto, sem prejudicar a intelectualidade e valoração do ponto de vista informacional. Para tanto, é relevante que se conheça o nível de repertório do público ao qual é atribuído, a fim de que seja viabilizada a apropriação da informação e, por consequência, seu uso legítimo.



Posto isso, destacamos que o recurso da Leitura Fácil pode ser utilizado notadamente no planejamento e desenvolvimento de treinamentos na Biblioteca universitária, mais especificamente, na elaboração de apresentações, cuja duração não deve ser longa, mas clara, objetiva e informativa com o intuito de manter todas as pessoas atentas aos conteúdos (IFLA, 2012). Como forma de acréscimo e fixação dos conteúdos demonstrados, podem ser elaborados guias e ou tutoriais apoiados nas diretrizes descritas anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Inclusão é um axioma que deve permear todos os níveis e modalidades de ensino e a legislação da área da Educação, comentada inicialmente, têm discutido essa premissa de forma bastante evidente. Em contrapartida, ainda que a Política da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, não contemple as pessoas que possuem transtornos de aprendizagem, verificamos que as soluções desenvolvidas para as pessoas com deficiência podem beneficiar a experiência do público em foco na construção de conhecimentos, entre outros, no Ensino Superior.

Um avanço que devemos ressaltar é o Tratado de Marraqueche promulgado por meio do Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018, o qual autoriza a produção de material em formato acessível para pessoas com deficiência visual, comprometimento motor que impossibilite a leitura do material impresso ou mesmo com dificuldades de aprendizagem ligadas à Dislexia ou ao Transtorno do Espectro Autista.

Outrossim, realçamos a Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021 que dispõe sobre a necessidade de acolhimento, acompanhamento e atendimento integral das demandas dos discentes com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem na escola, inclusive, em parceria com organismos de atuação governamental da área da saúde, assistência social e demais setores, bem como de outras instituições não-governamentais.

Embora essa lei não esteja com o olhar voltado para o Ensino Superior, depreendemos que seja um fator influenciador que pode reverberar nos próximos anos no ambiente acadêmico, passando a ser uma prática adotada pelos núcleos ou secretarias de acessibilidade instituídas pelas Instituições Federais de Ensino Superior, a partir do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) criado em 2013 pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Portanto, contextualizados pelo olhar da Educação inclusiva e da Ciência da Informação, apreendemos que a Biblioteca Universitária pode atuar junto aos usuários com



transtornos de aprendizagem e déficit de atenção e hiperatividade na adaptação da organização física de seus espaços, elaboração de tutoriais, desenvolvimento de orientações e treinamentos presenciais ou remotos, bem como na indicação de recursos de tecnologia assistiva que possam tornar o processo de leitura mais acessível e profícuo.

Com isso, é fato que o conhecimento aprofundado dos estilos e perfis de aprendizagem da comunidade acadêmica pela Biblioteca universitária, torna sua atuação pertinente e condizente com as necessidades de informação deste grupo. Para tanto, urge a realização de Estudos de Usuários para o desenvolvimento de Programas de Competência em Informação com regime de parceria entre bibliotecários, docentes, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e demais agentes atuantes na universidade e, porquanto, distribuídos em suas pró-reitorias, unidades acadêmicas e administrativas, além das famílias da comunidade em questão.

Por tudo isso, considerando nosso lugar de fala, enfatizamos que a inclusão se faz com trabalho colaborativo, disposição para o aprendizado contínuo e, principalmente, ressignificação dos conteúdos biblioteconômicos em prol do favorecimento de condições propícias para o acolhimento e atendimento efetivo das pessoas com deficiência na biblioteca universitária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-V. 5. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2014. xliv, 948 p.

BARCLEY, R. (org.) **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade**: manual para diagnóstico e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais** 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

BRASIL. Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem: seção 1, Brasília, DF, n. 225, p. 5, 30 nov. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.254-de-30-de-novembro-de-2021-363377461>. Acesso em: 28 out. 2023.



BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 01 jan. 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. Decreto 9.522 de 8 de outubro de 2018. Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 195, p. 1, 9 out. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9522.htm. Acesso em: 27 out. 2023.

BRITO, Ana Paula Gonçalves; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; DA SILVA, Brunna Alves. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021.

CERQUEIRA, Fabiana de Jesus. **A inclusão da pessoa com deficiência visual sob a perspectiva da Ciência da Informação**: um estudo nas bibliotecas da UFRB. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29819/1/FABIANA%20DE%20JESUS%20CERQUEIRA.pdf>. Acesso em 28 out. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION AND INSTITUTIONS. Guidelines for easy-to-read materials. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/publications/professional-report/120.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **Information literacy**: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n.1, p. 23-35, 2003.

FLETCHER *et al.* **Transtornos de aprendizagem**: da identificação à intervenção. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre : Artmed, 2009.

FONSECA, Vitor da. Dificuldades de aprendizagem:na busca de alguns axiomas. **Rev. Psicopedagogia**, v. 24, n. 74, p. 135-48, 2007.

LETTIERI, Alessandra Paschoal. Distúrbios de aprendizagem. **Gestão & Educação**, v. 2, n. 1, p. 5-13, 2021.

MASCARENHAS, Debora; TABAK, Sheina. **Orientações gerais da construção de textos com leitura fácil**. Rio de Janeiro: Movimento Down, 2013. Disponível em: <https://www.movimentodown.org.br/2013/10/orientacoes-gerais-da-construcao-de-texto-de-leitura-facil-no-movimento-down/#:~:text=%E2%80%93No%20processo%20de%20constru%C3%A7%C3%A3o%20do,expressando%20uma%20ideia%20por%20frase>. Acesso em: 28 out. 2020.

OLIVEIRA, Patricia de; ZUTIÃO, Patricia; MAHL, Eliane. Transtornos, distúrbios e dificuldades de aprendizagem: como atender na sala de aula comum. *In*: SEABRA, Magno



Bezerra (Org.). **Distúrbios e transtornos de aprendizagem**: aspectos teóricos, metodológicos e educacionais. Curitiba, PR: Bagai, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/584716/2/Editora%20BAGAI%20-%20Dist%20e%20Transtornos%20de%20Aprendizagem.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

PIRES, Vanessa de Oliveira Dagostim; SCHERER, Renata Porcher; MACHADO, Verônica Pasqualin. Um manual de leitura fácil para educadores. ENCONTRO NACIONAL SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR DA REDE PROFISSIONAL TECNOLÓGICA, 1., 2021. **Anais...** Florianópolis: Instituto Federal Catarinense, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/enierpt/issue/view/86>. Acesso em: 30 out. 2023.

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristina da; BELLO, Suzelei Faria; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012.

ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; DOS SANTOS RIESGO, Rudimar. **Transtornos da aprendizagem**: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2016.